



EDITAL Nº 001/2008

PROCESSO DE SELEÇÃO DE MONITORES

A **FACULDADE DO AMAPÁ - FAMAP**, por meio da Comissão de Seleção de Monitoria, integrada pela Professora Kátia Francinette Oliveira Cabeça Neves, como presidente, e pelos Professores Laércio Nunes Mendes, Tânia Camarão Lima e Suanny do Socorro Semblano Viana, membros, e pelo representante discente Luíz Carlos Rocha, constituída pela Portaria nº 015 /2007 do Sr. Diretor Professor Alessandro Silva Souza Oliveira, faz público o **PROCESSO DE SELEÇÃO PARA MONITORES** no Programa de Monitoria do Curso de Direito visando o preenchimento de **06 (seis) vagas** nas disciplinas abaixo discriminadas, o qual será norteado pelo regramento seguinte.

1 – Poderão inscrever-se os acadêmicos da graduação da FAMAP que atenderem aos seguintes requisitos:

- 1.1. Estar regularmente matriculado no Curso de Direito da Faculdade do Amapá - FAMAP.
- 1.2. Ter sido aprovado na disciplina para a qual se candidata com nota igual ou superior a 8,0 (oito).
- 1.3. Não ter sofrido qualquer sanção disciplinar.
- 1.4. Estar adimplente com as suas obrigações financeiras (mensalidades e/ou acordos de parcelamento).

2 – Das inscrições

- 2.1. Será realizada na Secretaria Geral de Alunos.
- 2.2. Período: de **25 a 27 de Junho de 2008**.
- 2.3. O candidato não poderá se inscrever em mais de uma disciplina.
- 2.4. O ato da inscrição representa manifestação de concordância com as regras do presente Edital.
- 2.5. A relação de inscrições deferidas será divulgada no **dia 01/07/2008** às 19h, por meio de Edital próprio a ser afixado no quadro de avisos da Coordenação de Curso e da Secretaria Geral de Alunos.



3 - A seleção constará de:

3.1. Prova Escrita Objetiva e Dissertativa, com caráter eliminatório e classificatório, a ser prestada por todos os inscritos.

3.1.1. A Prova Objetiva será constituída por 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, correlatas à disciplina da monitoria, com 04 (quatro) alternativas identificadas pelas letras “a”, “b”, “c” e “d”, contendo apenas uma alternativa correta. Cada questão valerá 1,0 (um) ponto.

3.1.2. A Prova Escrita Dissertativa constará da elaboração de uma redação sobre tema relativo às disciplinas ofertadas para monitoria e valerá 10,0 (dez) pontos.

3.1.3. Local, data e horário de realização das provas.

DATA: 09/08/2008

LOCAL: FAMAP – Rod. JK, s/n – Jardim Equatorial – Macapá/AP.

HORÁRIO: De 09 às 12 horas (horário local).

3.1.4. A Divulgação do Gabarito da Prova Objetiva ocorrerá às 12h do dia 09/08/2008, por meio de Edital próprio a ser fixado no quadro de avisos da Coordenação de Curso e da Secretaria Geral de Alunos.

3.1.5. O resultado da Prova Objetiva e o resultado da Prova Dissertativa serão divulgados no dia 13/08/2008, às 19 horas, por meio de Edital próprio a ser fixado no quadro de avisos da Coordenação de Curso e da Secretaria Geral de Alunos.

3.1.6. Será eliminado do certame e não terá sua Prova Dissertativa corrigida o candidato que obtiver nota inferior a 20,0 (vinte pontos) na Prova Objetiva.

3.1.7. Será eliminado do certame o candidato que obtiver nota inferior a 7,0 (sete pontos) na Prova Dissertativa

3.1.8. A classificação final terá por base a ordem decrescente das somas das notas obtidas nas Provas Objetiva e Dissertativa.

3.1.9. Em caso de empate, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

a) Maior Nota na Prova Dissertativa.



FACULDADE DO AMAPÁ – FAMAP
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO
COMISSÃO DE SELEÇÃO DE MONITORIA

- b) Maior Nota na Prova Objetiva.
- c) Maior Idade.
- d) Sorteio

4 – Das Vagas

4.1. A distribuição de vagas por Disciplinas do Curso de Direito obedecerá ao seguinte quadro.

DISCIPLINA	ORIENTADOR	TURNOS	VAGAS
Direito Constitucional I	Professor da disciplina	Tarde	01
Direito Constitucional I	Professor da disciplina	Noite	01
Direito Civil II (contratos)	Professor da disciplina	Tarde	01
Direito Civil II (contratos)	Professor da disciplina	Noite	01
Direito Penal I	Professor da disciplina	Tarde	01
Direito Penal I	Professor da disciplina	Noite	01

5 – Do Conteúdo Programático

5.1. O processo de seleção adotará como Conteúdo Programático o Plano de Ensino Docente – PED da respectiva disciplina (anexos I, II e III).

6 – Da Monitoria

6.1. A bolsa de monitoria terá duração de setembro a dezembro de 2008, com possibilidade de renovação, e será definida da seguinte forma:

- Aluno com Prouni de 50% terá bolsa de 20%;
- Aluno com Prouni de 100% não terá bolsa adicional.
- Alunos com demais bolsas terão mais bolsa de 20%.

6.2. O monitor bolsista dedicará 4 (quatro) horas semanais para o cumprimento das atividades previstas no Plano de Orientação elaborado pelo Professor Orientador.

6.3. O monitor bolsista que vier a ser excluído do Programa de Monitoria por deficiência de desempenho e/ou indisciplina não poderá se candidatar a outra seleção pelo prazo de 2 (dois) anos.

6.4. O monitor selecionado deverá assinar termo de compromisso com a FAMAP.



FACULDADE DO AMAPÁ – FAMAP
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO
COMISSÃO DE SELEÇÃO DE MONITORIA

6.5. A frequência do monitor será anotada pelo Orientador em Formulário Mensal próprio.

6.6. A avaliação de desempenho do monitor será feita semestralmente pelo orientador em formulário próprio.

6.8. As demais diretrizes relativas ao Programa de Monitoria estão estabelecidas em Regulamento próprio.

7 – Dos Recursos:

7.1. Somente caberá recurso contra as questões da Prova Objetiva, devendo este ser interposto até 15h do dia 11/08/2008 e entregue na Coordenação de Curso, devendo ser julgados até o dia 12/08/2008, às 22h.

7.2. Somente estarão aptos para interposição de recursos os candidatos que efetivamente realizaram a prova, devendo o acadêmico apresentá-lo de forma escrita, em texto digitado, e assinado pelo requerente, contendo:

- a) A identificação do requerente (qualificação civil, dados acadêmicos, número de inscrição no certame).
- b) As questões impugnadas e as razões (fundamentos jurídicos e legais).

8 - O processo de seleção regula-se pelo presente Edital e seus anexos, cabendo à Comissão de Seleção de Monitoria decidir sobre as questões não previstas.

Macapá/AP, 09 de junho de 2008.

Presidente da Comissão



ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE DIREITO PENAL I

Unidade I – Doutrinas penais

Capítulo I - Direito Penal: conceito e a divisão do Código Penal.

Capítulo II - Direito Penal Primitivo: hebreu, romano, germânico, canônico, medieval e período humanitário.

Unidade II – Escola Liberal Clássica

Capítulo I - Escola clássica.

Capítulo II - Escola positiva.

Capítulo III - Escola eclética.

Unidade III – Direito Penal no Brasil

Capítulo I - Evolução histórica: Período colonial, período imperial e período republicano.

Capítulo II - Reforma Penal de 1940, 1984 e 2005.

Unidade IV – Fonte do Direito Penal

Capítulo I – Conceito

Capítulo II - Espécies: fonte material (produção); fontes formais: imediata e mediata.

Unidade V – Princípios Constitucionais do Direito Penal

Capítulo I - Princípios Constitucionais.

Capítulo II – Princípio não-constitucionais.

Unidade VI – Princípio da reserva legal

Capítulo I – Conceito e características.

Capítulo II - Distinção entre princípio da legalidade e princípio da reserva legal.



Unidade VII – Norma penal no tempo e no espaço.

Capítulo I - Lei Penal: caracteres; classificação; norma penal em branco; vigência e revogação.

Capítulo II - Interpretação da Lei Penal.

Capítulo III - Da aplicação da Lei Penal.

Capítulo IV - Lei Penal no Tempo: princípios; extratividade da norma penal; lei excepcional e lei temporária.

Capítulo V - Tempo do crime: conceito e teorias.

Capítulo VI - Lei Penal no Espaço: princípios; extraterritorialidade.

Capítulo VII - Lugar do crime: teorias.

Unidade VIII – Sentença estrangeira

Capítulo I - Eficácia da sentença estrangeira.

Capítulo II – Pena cumprido no estrangeiro.

Unidade IX – Prazos

Capítulo I - Contagem de prazo.

Capítulo II - Frações não computáveis na pena.

Unidade X- Direito extravagante

Capítulo I - Definição e características.

Capítulo II – Das leis extravagantes em espécies: Lei de Execução Penal; Lei de Contravenções Penais; Estatuto da Criança e do Adolescente; Código de Defesa do Consumidor; Lei de Crimes Ambientais; Lei nº 6.368/76 (tóxicos); Crimes contra o sistema Financeiro (Lei 7.492/86); crimes tributários (Lei 8.137/90).

Unidade XI – Teoria do Crime: classificação dos delitos; nexos causal, resultado.

Capítulo I – Conceito de crime: material, formal e analítico.

Capítulo II - Fato Típico: elementos.

Capítulo III - Conduta: teorias e elementos.

Capítulo IV - Nexos causal: relação de causalidade, teorias, causas supervenientes;

Capítulo V - Tipicidade: conceito, espécies e elementos dos tipos; conflito aparente de normas: teorias.

Capítulo VI – Resultado: conceito.

Capítulo VII - Objetos e sujeitos do crime.

Capítulo VIII - Classificação dos crimes.



BIBLIOGRAFIA

- CONDE, Francisco Munoz. Teoria Geral do Delito. Porto Alegre: SAFE, 1998.
- REALE JÚNIOR, Miguel. Instituições de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- CONDE, Francisco Munoz. Teoria Geral do Delito. Porto Alegre: SAFE, 1998.
- REALE JÚNIOR, Miguel. Instituições de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- COSTA, Álvaro Mayrink da. Direito Penal: parte especial. 5 Ed.ver., ampl. E atual. Rio de Janeiro: Forense, 2003
- COSTA JÚNIOR, Paulo José da. Direito Penal. 8 Ed. Ver. São Paulo: Saraiva, 2000.
- DOTTI, René Ariel. Curso de Direito Penal: parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte geral. 2. Ed. Niterói: Impetus, 2003
- JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2001-2003, 4 v.
- MARQUES, José Frederico. Tratado do Direito Penal. Campinas: Millennium, 2002.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal. 19 Ed. Ver. E atual. São Paulo, Atlas, 2003.
- PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito penal brasileiro. São Paulo: RT, 2002, 4.v.
- SILVA, Jorge da. Controle da criminalidade e segurança pública da nova ordem constitucional. 2 Ed. Rio de Janeiro: forense, 2003.
- THOMPSON, Augusto. Quem são os criminosos? Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1998

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE DIREITO CONSTITUCIONAL I

I - Organização do Estado brasileiro:

- 1.1. Princípios fundamentais do Estado Brasileiro
- 1.2. Estado Federal: organização e repartição de competências.
- 1.3. Intervenção.

II – Organização dos Poderes Estatais e Administração Pública

- 2.1 Poder Executivo
- 2.2 Poder Legislativo
- 2.2.1 Processo Legislativo



- 2.3 Poder Judiciário
- 2.4. Administração Pública
- 2.5 Funções essenciais à Justiça

III- Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

- 3.1. Sistema Constitucional de crises
- 3.2. Forças Armadas
- 3.3. Segurança Pública

IV- Tributação e orçamento

- 4.1. Sistema Tributário Nacional
- 4.2. Finanças Públicas
- 4.3. Fiscalização orçamentária

V- Ordem Econômica e Social

- 5.1. Princípios da ordem econômica
- 5.2 Atuação do Estado no domínio econômico
- 5.3. Seguridade Social
- 5.4. Educação e Cultura
- 5.5.Família, criança, idoso e adolescente.
- 5.6.Índios
- 5.7.Meio ambiente

BIBLIOGRAFIA

- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional.13^o ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2003.
- CITADINO,Gisele. Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva: Elementos da filosofia constitucional contemporânea. 3^a ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.
- DURKHEIM, Emile. Da Divisão Social do Trabalho.2^o ed. São Paulo: Martins Fontes,1999.
- GRAU, Eros. Ordem Econômica na Constituição de 1988. 8^a ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2003.
- HARBELE, Peter. Hermenêutica Constitucional: a sociedade aberta aos interpretes da Constituição. Porto Alegre. SAFE, 2002.
- HABERMAS, Jurgen. Direito e Democracia: entre faticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 2 v.
- LOWY, Michel. Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2000.



MENDES, Gilmar Ferreira. Controle de Constitucionalidade: aspectos jurídicos e políticos. São Paulo: Saraiva, 2001.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional positivo. 22 ed. rev e atual. Rio de Janeiro: Malheiros, 2002.

STRECK, Lenio Luiz. Ciência Política e Teoria Geral do Estado. 3 ed. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 2003.

TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. 19 Ed. rev e atual. São Paulo, Malheiros: 2003.

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE DIREITO CIVIL II - CONTRATOS

Unidade I. Teoria geral do contrato.

Capítulo I - Historicidade do conceito de contrato e sua evolução histórica.

Capítulo II - O contrato. Conceito. Função. Elementos do contrato. Princípios gerais do Direito Contratual. Interpretação dos contratos. Formação e conclusão dos contratos. Revisão dos contratos.

Unidade II. Contrato e operação econômica

Unidade III. Contrato e mudança social.

Unidade IV. Justiça e hermenêutica contratual.

Unidade V. Classificação dos contratos.

Capítulo I - Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais.

Capítulo II - Contratos gratuitos e onerosos.

Capítulo III - Contratos comutativos e aleatórios.

Capítulo IV - Contratos típicos e atípicos – nominados e inominados.

Capítulo V - Contratos consensuais e reais.

Capítulo VI - Contratos solenes e não solenes – formais e não formais.

Capítulo VII - Contratos principais e acessórios.

Capítulo VIII - Contratos instantâneos e de duração.

Capítulo IX - Contratos por prazo determinado e por prazo indeterminado.

Capítulo X - Contratos pessoais e impessoais.

Capítulo XI - Contratos civis e mercantis.

Capítulo XII - Contratos preliminar.

Capítulo XIII - Contratos derivados – subcontratos.

Capítulo XIV – Autocontrato – contrato consigo mesmo.



Unidade VI. Cessão de contrato.

Capítulo I – Cessão de Posição contratual. Conceito. Natureza jurídica. Modos de formação. Efeitos. Efeitos entre cedente e cessionário. Efeitos entre cedente e cedido. Efeitos entre cessionário e cedido. Cessão de Posição Contratual no Direito Brasileiro.

Unidade VII. Efeitos dos contratos.

Capítulo I - Efeitos dos contratos entre os contratantes.
Capítulo II - Efeitos dos contratos quanto aos sucessores.
Capítulo II - Efeitos dos contratos com relação a terceiros.

Unidade VIII. Extinção dos contratos.

Capítulo I - Transitoriedade e desfazimento dos contratos.
Capítulo II - Resilição dos contratos.
Capítulo III - Cláusulas Resolutivas.

Unidade IX. Institutos conexos.

Unidade X. Promessa de contrato.

Unidade XI. Contratos em espécie

Capítulo I - Contrato de alienação
Capítulo II - Compra e venda
Capítulo III - Pactos
Capítulo IV - Permuta
Capítulo V - Contrato estimatório
Capítulo VI - Doação
Capítulo VII - Comodato
Capítulo VIII - Depósito
Capítulo IX - Mútuo
Capítulo X - Locação
Capítulo XI - Seguro
Capítulo XII - Empreitada
Capítulo XIII - Mandato
Capítulo XIV - Gestão de negócios
Capítulo XV - Fiança
Capítulo XVI - Edição e representação dramática
Capítulo XVII - Jogo e aposta
Capítulo XVIII - Constituição de renda
Capítulo XIX - Alienação fiduciária em garantia.

BIBLIOGRAFIA

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Contratos. Vol. 3. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.



FACULDADE DO AMAPÁ – FAMAP
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO
COMISSÃO DE SELEÇÃO DE MONITORIA

- VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 6ª ed. Vol. 2. São Paulo: Atlas, 2006.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Contratos em espécie. 6ª ed. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 2006.
- CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO – Saraiva.
- PEREIRA, Caio Mário. Instituições de Direito Civil: Contratos. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GOMES, Orlando. Contratos. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil: Contratos. Vol. 4, 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria Geral dos Contratos típicos e atípicos. São Paulo. Atlas, 2002.
- NEGREIROS, Teresa. Teoria do contrato: novos paradigmas. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- RODRIGUES, Sílvio. Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2002-2003.
- SLAIBI FILHO, Nagib. Comentários a Nova Lei do Inquilinato. 9ª ed. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria Geral dos Contratos típicos e atípicos. São Paulo. Atlas, 2002.
- FIÚZA, César. Direito Civil: Curso Completo. 10 ed. revista, atualizada e ampliada. – Belo Horizonte: Del Rey, 2007



FACULDADE DO AMAPÁ – FAMAP
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO
COMISSÃO DE SELEÇÃO DE MONITORIA

**ANEXO IV
MODELO DA FICHA DE INSCRIÇÃO**



CURSO DE DIREITO

2º PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE MONITORIA

NOME : _____

Nº DE MATRÍCULA: _____

DISCIPLINA: _____

TURNO: _____

MACAPÁ-AP, DE JUNHO DE 2008.

Assinatura do(a) candidato(a)

1ª VIA DO ALUNO



CURSO DE DIREITO

2º PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE MONITORIA

NOME : _____

Nº DE MATRÍCULA: _____

DISCIPLINA: _____

TURNO: _____

MACAPÁ-AP, DE JUNHO DE 2008.

Assinatura do(a) candidato(a)

2ª VIA DA SECRETARIA